

019

TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



SESSÕES TEMÁTICAS

III **ENEPCP** ANAIS

O CIDADÃO E O ORÇAMENTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS DISCENTES DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFCA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO

Késsia Fernandes da Costa Rolim – UFCA
Jéssica Monteiro Ferreira – UFCA
Gabriel Munguba de França – UFCA
Leandro Saraiva Dantas de Oliveira - UFCA

RESUMO

Considerando relevante o orçamento público e controle das contas públicas, este trabalho se propôs a fazer uma análise acerca do entendimento de discentes da graduação Administração e Administração Pública da Universidade Federal do Cariri, sobre ferramentas de transparência e controle como os demonstrativos contábeis governamentais, tendo como referência o balanço orçamentário de 2017 do estado do Ceará. Utilizando a aplicação de questionários enquanto metodologia, esta pesquisa qualitativa apresenta o grau de importância e nível de conhecimento acerca do tema entre os discentes. Os resultados obtidos corroboraram com boa parte da literatura sobre orçamento e cidadania, demonstrando assim, que o público investigado não foge à maioria dos resultados semelhantes em diversos lugares do Brasil, configurados pela falta de clareza na publicização das informações.

Palavras-chave: orçamento público; transparência e controle social.

INTRODUÇÃO

O orçamento é um dos principais instrumentos de planejamento, seja da esfera privada, pública, ou até pessoal. Estimar quanto se ganha ou pretende-se ganhar, e quanto se gasta ou pretende-se gastar, é uma atividade que denota fundamental importância para o desenvolvimento de qualquer projeto, em qualquer área. No que se refere ao setor público, o orçamento tem um caráter ainda mais importante, pois todas as necessidades básicas e coletivas da população serão priorizadas e planejadas por meio desse instrumento de grande relevância, e que por vezes é pouco apreciado pelo cidadão (VIANA, 2011).

Em uma definição prática, o orçamento público gerencia e controla a aplicação dos recursos públicos e monitora os gastos realizados pelo governo (GROFF, 2013). Uma vez que os recursos geridos pelo governo provêm da contribuição compulsiva por meio de tributação, entende-se que compreender a composição do orçamento público e de que forma é utilizado se caracteriza como exercício de cidadania ativa.

Não é possível participar de algo que não se conhece, a partir disso percebe-se a importância da compreensão popular sobre instrumentos do orçamento público. A linguagem utilizada para apresentar as contas públicas deve ser adequada às diversas categorias de usuários, pois o acesso e o entendimento dos cidadãos às informações governamentais são fundamentais para que a relação entre Estado e sociedade civil seja democrática e transparente. A partir dessa transparência eficiente, é possível o empoderamento da população enquanto agente participante do processo orçamentário, consequentemente o cumprimento desse princípio culmina na aptidão do cidadão exercer seu papel no controle social.

O termo “controle social” é aqui entendido como a possibilidade de controle que a sociedade possui sobre o Estado, que se concretiza quando os cidadãos dispõem de meios institucionais e condições para fiscalizar o exercício do poder; a prestação dos serviços públicos e atuação na gestão das políticas públicas. Assim, é garantida a permanência de mecanismos e estratégias de participação democrática representativa dos setores organizados da sociedade civil e a intervenção de forma efetiva nos assuntos de interesse público (CORREIA, 2004).

Estudos da Revista CONTROLE do Tribunal de Contas do Estado do Ceará em 2013 apontam que o orçamento público desperta baixo interesse do público, sendo corroborado por pesquisas recentes realizadas pela Ebape/FGV. Estes estudos evidenciam um maior conhecimento do tema por pessoas com maior grau de instrução acerca do orçamento público, o que leva ao questionamento: De que forma os estudantes universitários conhecem ou não o orçamento público?

Embasada nesses estudos, o objetivo da presente pesquisa é analisar a compreensão dos discentes dos cursos de Administração e Administração Pública da Universidade Federal do Cariri, acerca do tema orçamento público. Diante da constatação de disciplinas do campo da Contabilidade Geral e Pública na matriz curricular de ambos os cursos e ciente que a população investigada teve ou terá acesso às teorias desta área, deu-se a escolha dessa população específica. A compreensão e o grau de conhecimento sobre a temática foram identificados através da aplicação de um questionário estruturado, acompanhado do Balanço Orçamentário do exercício anual de 2017 do Estado do Ceará, verificando se a linguagem utilizada no balanço é compreensível para os estudantes.

Sendo as informações disponibilizadas pela administração pública incompreensíveis para um público que está diretamente em contato com o tema, como as camadas marginalizadas da sociedade, poderiam controlar efetivamente as ações governamentais? Assim, há uma dicotomia entre um governo que disponibiliza dados incompreensíveis e uma sociedade que se acomoda diante da dificuldade de compreensão e acompanhamento dessas informações.

Tem-se ainda como proposta, verificar se a linguagem utilizada no balanço é compreensível para os estudantes e construir o perfil dos mesmos acerca do entendimento que possuem sobre o tema., identificando se aqueles estudantes que utilizam os demonstrativos contábeis com mais frequência apresentam maior ou menor compreensão sobre o assunto.

DA CONCEITUAÇÃO À APLICABILIDADE

Orçamento público é mais que uma obrigação legal. Por mais que se tenha como lei prevista na Constituição Federal de 1988, composto pelo Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e, Lei Orçamentária Anual - LOA, o orçamento público é um instrumento de mudança social. Sendo elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo para que possa entrar em vigência, governos e instituições públicas podem executar suas ações por meio dele, de modo a prover ou prestar serviços públicos para os cidadãos de todos os entes federativos.

Todavia, conforme estudos citados na introdução deste trabalho, a compreensão do orçamento não parece ser algo fácil. A utilização de instrumentos contábeis para a formulação do orçamento público pode ser uma das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos. Balanços orçamentários e demonstrativos contábeis podem ser de difícil entendimento para aqueles que não têm familiaridade com esses instrumentos. Devido a isso, alguns estudiosos propõem a necessidade da constituição do orçamento público e finanças como conteúdo curricular (NUNES, 2008). Corroborando com essa proposta, autores afirmam que a mentalidade de desleixo das pessoas em geral, para tal assunto tem um enfoque cultural e nesse sentido, a educação tem um papel fundamental (VIANA, 2011), ajudando a população obter um melhor entendimento sobre esses instrumentos relevantes.

Segundo Viana (2011), é necessário estar integrado à comunidade de vivência para monitorar o atendimento das necessidades sociais e caso contrário, identificar as causas das carências desta população. Contudo, a participação social no processo de confecção do orçamento público é vista como um importante fator de planejamento dos gastos públicos.

É válido destacar que a temática orçamentária já é matéria de interesse social, desde tempos que remetem a república na Roma antiga. Nesse sentido, o cônsul Romano em 63 a.C. já dizia que:

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero - Roma, 55 A.C.

Apenas nessa breve citação, é possível identificar princípios que direcionam o processo de elaboração do orçamento público, como o do equilíbrio e da legalidade. E a estes, é importante destacar o princípio da publicidade, fundamental para que a população acesse as definições e previsões de gastos e alocação dos tributos arrecadados. Arelado a isso, a transparência das contas públicas é o meio pelo qual o princípio da publicidade se materializa para os cidadãos, um direito garantido para o exercício da sua cidadania.

Não é possível pensar uma gestão pública democrática sem a transparência como elemento central da prestação de contas do Estado, por esse motivo está fixada na Lei Complementar nº 101/2000, onde é apontada como importante característica da gestão fiscal, por se compreender que uma ação transparente previne riscos e corrige desvios possíveis de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Neto et al., (2007) definem três elementos da transparência das contas públicas: a publicidade, a compreensibilidade das informações e a utilidade para decisões, que englobam a divulgação, a formatação e a linguagem utilizadas nas informações, bem como a relevância das mesmas, respectivamente.

O princípio da publicidade está fixado na Constituição Federal, em seu artigo 37, e no §1º traz a necessidade do caráter educativo e informativo das publicações:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Dessa forma, é possível observar que, para as informações publicizadas serem úteis à sociedade civil é necessária a divulgação em linguagem clara, demonstrando a importância do conhecimento do povo sobre as atividades da Administração Pública e da compreensibilidade das informações publicadas para o controle social, pois tudo o que passa na Administração Pública e o que ela faz é de interesse de todo cidadão (CRUZ & GLOCK, 2003).

A transparência no serviço público é um princípio que, colocado em prática, propicia à população o direito de participar e se inteirar de todos os atos realizados pelo poder público (DEVIDES; SILVEIRA, 2017), configurando assim o direito à cidadania. “O direito à informação deve ser compreendido como direito/meio ou um instrumento para o exercício dos direitos civis, políticos e sociais, devendo ser compreendido como direito à escolha a partir da informação obtida” (ROTHBERG; LIBERATO, 2013).

Assim, segundo o tribunal de contas de Santa Catarina TCE/SC, (2000, apud NETO et al. 2007), o princípio da transparência é mais amplo que o da publicidade, pois “a mera divulgação sem tornar o conteúdo compreensível para a sociedade não é transparência, como também não é a informação compreensível sem a necessária divulgação”.

Segundo Rausch e Soares (2010), “a linguagem utilizada para apresentar as contas públicas deve ser adequada às diversas categorias de usuários”; pois o acesso e o entendimento dos cidadãos às informações governamentais são fundamentais.

Segundo Siraque (2009), o conceito de controle é classificado em controle social e em controle institucional, que se subdivide em controle institucional externo e controle institucional interno. O Poder Judiciário, no exercício da função jurisdicional, realiza uma única forma de controle: quando decide de ofício julga e faz controle institucional externo concomitantemente.

O Controle Social, segundo Schommer (2014), é um instrumento democrático de participação cidadã no exercício do poder, onde a vontade social é fator de avaliação para a criação e metas a serem alcançadas em políticas públicas. Trata-se de controle, enquanto sinônimo de fiscalização e não de domínio, a tomada de decisão compartilhada entre Estado e sociedade, uma manifestação democrática da cidadania que se refere a mecanismos reguladores do comportamento individual ou coletivo, no intuito de cumprimento das regras de uma dada sociedade, Estado ou grupo social.

Amartya Sen (2000) afirma que a participação social é um elemento de efetivação dos direitos políticos e sociais, pois possibilita aos indivíduos meios de interferência na ação do Estado, através de ferramentas diretas ou indiretas. Dessa forma, participação social implica em fazer parte de uma sociedade, tomando parte no que diz respeito à sua forma de organização social e política. O intuito dessa participação é contribuir para o desenvolvimento humano, social, político e cultural de um país.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram criadas formas de participação da sociedade civil nos processos de formulação e implementação das políticas públicas, tais como as Conferências, Orçamentos Participativos, Conselhos Gestores e outras formas de controle social institucionalizadas, atuantes em diferentes setores de políticas públicas. (VAZ; PIRES, 2011).

A CF/88 aborda ainda, por meio do artigo 37, parágrafo 8º inciso II, dos controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades dos dirigentes no que diz respeito aos contratos que visam a promoção da autonomia sendo estes promovidos entre órgãos do poder público, da administração direta e a administração indireta. Novos parâmetros foram proporcionados por meio da Constituição Federal de 1988 para ampliar a participação e espaços públicos da sociedade civil. Sobre isto Kauchakje (2008) ressalta:

No Brasil a constituição federal de 1988 estabeleceu parâmetros para a participação da sociedade civil em três esferas de governo—federal, estadual e municipal [...] o que acarretou na reordenação do papel do Estado com ênfase na municipalização, que atribui e transfere competências aos municípios. Ao mesmo tempo possibilitou a ampliação do espaço público, no qual emergem conflitos e contradições, porém, somente nele é que pode haver o reconhecimento de interesses plurais e estratégias de lutas e consensos sobre questões pontuais e projetos de sociedade. (KAUCHAKJE, 2008, p.75).

Exemplos de instrumentos de participação social se têm: o orçamento participativo, o planejamento participativo, as organizações não governamentais, os meios de comunicação social, os conselhos de políticas públicas e as ouvidorias. Entre os promotores de controle social, se pode citar a educação política do povo para a organização e para a participação nas ações estatais.

Segundo Castro (2007), apud SCHOMMER (2014), a necessidade dos governantes, além de respeitar o texto normativo, orientar-se para a realização do interesse público desafia os órgãos de controle da administração pública, comunicando-se e engajando-se com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos para conhecer expectativas, definir agendas de ação; orientar prioridades no monitoramento e promover responsabilização, de acordo com uma perspectiva sistêmica de controle das ações da Administração Pública.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para verificar se os discentes do curso de Administração e Administração Pública da Universidade Federal do Cariri compreendem as informações dos demonstrativos contábeis, as relações existentes entre as receitas e despesas autorizadas com as receitas e despesas executadas, utilizou-se um questionário, acompanhado do Balanço Orçamentário do Estado do Ceará de 2017.

Os questionários foram aplicados a 214 estudantes dos cursos de Administração e Administração Pública da Universidade Federal do Cariri. Tomando como referência o estudo de MIRANDA et al. "Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo Balanço Orçamentário" onde os autores entendem que os cidadãos com melhor nível educacional, além de estarem mais capacitados a entender a informação, também poderiam estar mais interessados em acompanhar a situação das contas públicas, adaptando o estudo e o questionário utilizado à realidade do público da UFCA.

Assim, optou-se por aplicar o questionário com os alunos do curso de Administração e de Administração Pública, então matriculados no ano de 2018 na referida Universidade, apresentando aos participantes da pesquisa o balanço orçamentário estadual, seguido de algumas perguntas sobre o mesmo, utilizando a escala Likert.

A Escala Likert apresenta uma afirmação auto descritiva e oferta opções gradativas de resposta em pontos com descrições verbais que contemplam extremos para mensurar diferentes níveis de intensidade da opinião destes a respeito do tema aqui tratado, indo de encontro às respostas dicotômicas (certo ou errado). Esta escala foi escolhida porque, segundo Likert (1932, apud DALMORO; VIEIRA, 2014), oferece à população investigada uma escala numerada de 1 a 5, indo de “discordo totalmente” a “concordo totalmente” e incluindo um ponto neutro no meio da escala bidimensional.

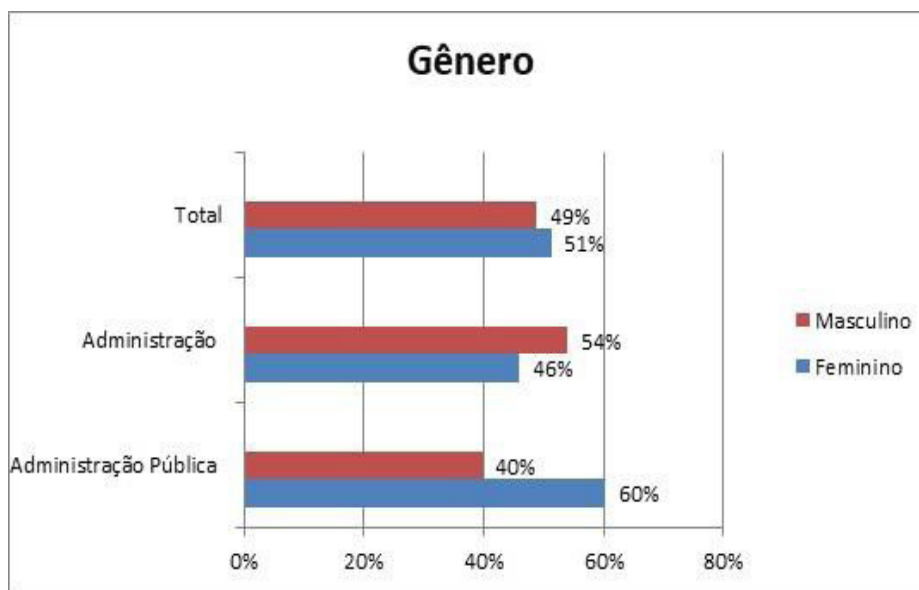
A opção 3 da escala será interpretada aqui como um ponto neutro, que permite a zona de conforto da expressão de opinião equivalente à opção “sem condições de opinar”. Embora as respostas deixadas em branco possam significar que a população investigada não sabe responder, elas foram desconsideradas da análise, pois finalizar estudos como este se torna uma tarefa difícil, visto que a reflexão sobre os métodos contribui para que as pesquisas que utilizam escalas tipo Likert tenham uma maior aptidão de trazer significância à representação da realidade.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para apresentar o perfil da população investigada frente ao problema de pesquisa, utilizaremos as seguintes variáveis: gênero; faixa etária; formação acadêmica anterior (visto que toda a população está inserida no nível superior de graduação); nível de conhecimento acerca de contabilidade governamental e utilização dos demonstrativos contábeis no cotidiano.

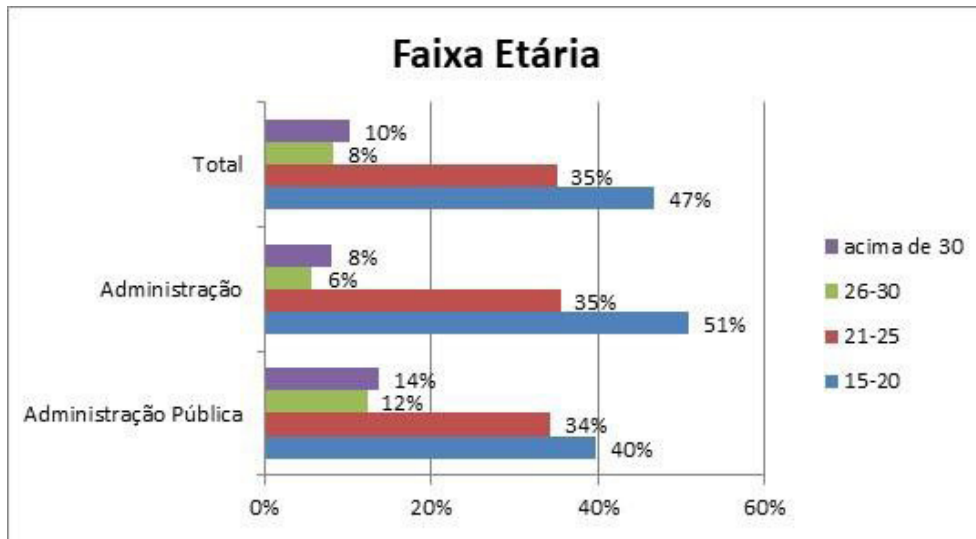
Dentre os 214 questionários aplicados pode-se extrair na análise de dados que 51% da população investigada são do sexo feminino e 49% são do sexo masculino. Considerando a amostra do curso de administração, nota-se 54% masculina e 46% feminina. Contrapondo assim, a amostra do curso de administração pública que é composta por 60% feminina e 40% masculina, como aponta o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Gênero dos discentes que responderam o questionário.



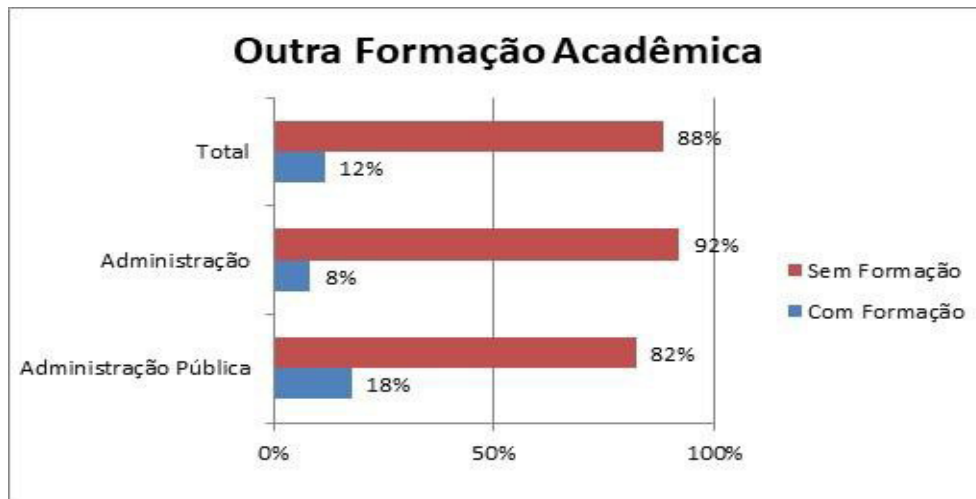
Analisando a variável faixa etária, temos que 47% da população investigada têm entre 15 e 20 anos, 35% têm entre 21 e 26 anos, 8% têm entre 26 e 30 anos e 10% acima de 30 anos. Desta variável apontamos ainda que, no curso de administração 51% têm entre 15 e 20 anos; 35% têm entre 21 e 26 anos; 6% têm entre 26 e 30 anos e 8% acima de 30 anos. No curso de administração pública apresentam-se 40% entre 15 e 20 anos; 34% têm entre 21 e 26 anos; 12% têm entre 26 e 30 anos e 14% acima de 30 anos, perceptível no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Faixa etária dos discentes que responderam ao questionário.



Sobre o nível de graduação identificamos que 12 % da população total possui outra formação acadêmica e 88% não possui. Sendo que 92% dos entrevistados do curso de administração não têm outra formação acadêmica e 8% possui outra formação. Enquanto no curso de administração pública 82% dos entrevistados não possuem outra formação e 18 % possui outra formação acadêmica:

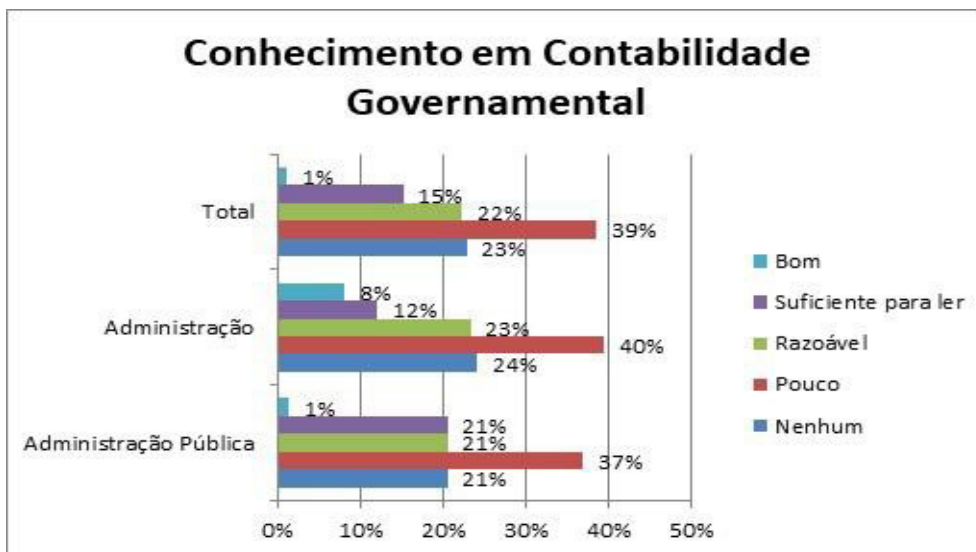
Gráfico 3 - Outra formação acadêmica dos discentes que responderam ao questionário.



Já a variável conhecimento em contabilidade governamental tem um comportamento mais irregular. Enquanto as outras variáveis têm um padrão de acompanhamento, esta tem uma maior variação na apresentação do gráfico. A população geral apontou que 1% possui um bom conhecimento acerca de contabilidade governamental; 15% possui conhecimento suficiente para ler o demonstrativo contábil apresentado; 22% possui um conhecimento razoável; 39 % possuem pouco conhecimento e 23 % possui nenhum conhecimento acerca da temática. No curso de administração, 8 % afirma possuir um bom conhecimento a cerca de contabilidade governamental; 12% um conhecimento suficiente para ler o demonstrativo contábil apresentado; 23% um conhecimento razoável; 40% pouco conhecimento e, 24% afirma possuir nenhum conhecimento acerca da temática. No curso de Administração Pública, 1% afirma possuir um bom conhecimento acerca de contabilidade governamental; 21% um conhecimento suficiente para ler o demonstrativo contábil apresentado; 21% com conhecimento razoável; 37% com pouco conhecimento e 21% afirma possuir nenhum conhecimento acerca da temática. A seguir, o gráfico com as informações tabuladas:

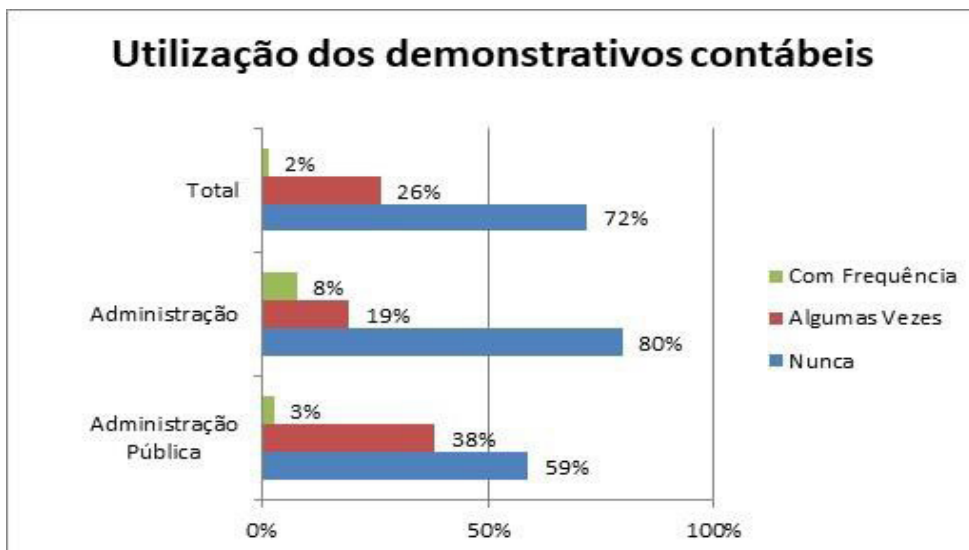


Gráfico 4 - Conhecimento em contabilidade governamental dos discentes que responderam ao questionário.



Sobre a utilização dos demonstrativos contábeis no cotidiano 2% da população investigada afirmou ser frequente; 26% algumas vezes e 72% nunca utilizam estes demonstrativos. No curso de administração 8% afirmou utilizar com frequência; 19% algumas vezes e 80% nunca utilizam estes demonstrativos. Enquanto no curso de administração pública 3% afirmou utilizar com frequência; 38% algumas vezes e 59% nunca utilizam estes demonstrativos, como aponta o quadro abaixo:

Gráfico 5 - Utilização dos demonstrativos contábeis dos discentes que responderam ao questionário.



Podemos concluir, com base na análise dos dados coletados, que o perfil do cidadão entrevistado independe do gênero (aproximadamente paritário: 51% feminino e 49% masculino); é predominantemente jovem (faixa etária 15-20); não possui formação acadêmica anterior; com pouco conhecimento em contabilidade governamental e não faz uso de demonstrativos contábeis no cotidiano. Isso se reflete no conhecimento demonstrado nas questões que buscavam auferir o conhecimento dos participantes sobre a demonstração contábil estadual.

A seguir, os quadros referentes à questão sete do questionário aplicado, mostram os resultados obtidos, a partir das respostas dos entrevistados no que se refere a como estes afirmam compreender uma demonstração contábil governamental e sobre a importância de se conhecer o orçamento do governo estadual:



7º questão: Quadro geral

O que se está avaliando	Pergunta formulada:	<- Discordo totalmente		Concordo -> totalmente		
	Na sua opinião...	1	2	3	4	5
Compreensibilidade das DCG	Eu entendo o que é apresentado nas demonstrações contábeis governamentais.	15,89	16,36	25,23	14,02	28,5
Percepção sobre o grau de dificuldade da linguagem utilizada	O balanço orçamentário usa uma linguagem difícil de entender	4,6	8,16	32,14	31,63	23,47
Importância atribuída ao acompanhamento do orçamento	É muito importante conhecer o resultado orçamentário do governo	1,02	1,02	4,08	19,39	74,49
	É muito importante saber se o governo gasta conforme a lei que autoriza os gastos.	1,02	1,53	2,55	13,27	81,63



Quadro Administração:

O que se está avaliando	Pergunta formulada: Na sua opinião...	<- Discordo totalmente		Concordo -> totalmente		
		1	2	3	4	5
Compreensibilidade das DCG	Eu entendo o que é apresentado nas demonstrações contábeis governamentais.	10,64	17,73	18,44	13,47	39,72
Percepção sobre o grau de dificuldade da linguagem utilizada	O balanço orçamentário usa uma linguagem difícil de entender	5,7	11,38	31,71	34,15	17,07
Importância atribuída ao acompanhamento do orçamento	É muito importante conhecer o resultado orçamentário do governo	0,81	1,63	4,07	21,14	72,36
	É muito importante saber se o governo gasta conforme a lei que autoriza os gastos.	0,81	0,81	4,07	11,38	82,93

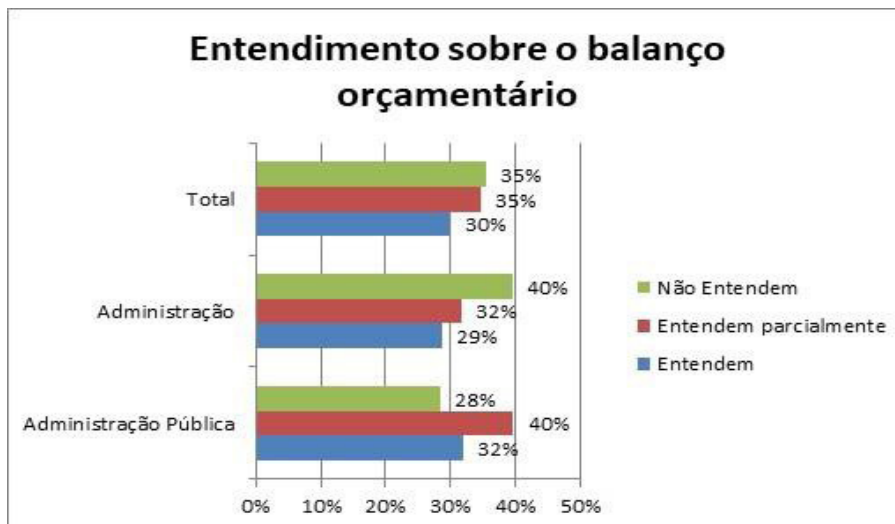
O que se está avaliando	Pergunta formulada: Na sua opinião...	<- Discordo totalmente			Concordo -> totalmente	
		1	2	3	4	5
Compreensibilidade das DCG	Eu entendo o que é apresentado nas demonstrações contábeis governamentais.	26,03	13,7	38,36	15,07	6,84
Percepção sobre o grau de dificuldade da linguagem utilizada	O balanço orçamentário usa uma linguagem difícil de entender	2,74	2,74	32,88	27,4	34,25
Importância atribuída ao acompanhamento do orçamento	É muito importante conhecer o resultado orçamentário do governo	1,37	0	4,11	16,44	78,08
	É muito importante saber se o governo gasta conforme a lei que autoriza os gastos.	1,37	2,74	0	16,44	79,45

Tem-se aqui uma gradação de respostas que permite a seguinte leitura:

- Sobre a compreensibilidade das DCG 42,52% dos investigados afirmam entender totalmente ou parcialmente o que é apresentado nas demonstrações contábeis governamentais; 25,23 % não entendem totalmente ou parcialmente o que é apresentado nas demonstrações contábeis governamentais e 32,25% não souberam opinar;
- Acerca da percepção sobre o grau de dificuldade da linguagem utilizada 55,10 % concordam totalmente ou parcialmente que a linguagem usada balanço orçamentário é difícil de entender, 12,76% discordam totalmente ou parcialmente que a linguagem usada balanço orçamentário é difícil de entender e 32,14 % não souberam opinar;
- Sobre Importância atribuída ao acompanhamento do orçamento 93,88 % concordam totalmente ou parcialmente que é muito importante conhecer o resultado orçamentário do governo, 2,04% discordam totalmente ou parcialmente que é muito importante conhecer o resultado orçamentário do governo e 4,08% não souberam opinar; bem como 94,9% concordam totalmente ou parcialmente que é muito importante saber se o governo gasta conforme a lei que autoriza os gastos; 2,55% discordam totalmente ou parcialmente que é muito importante saber se o governo gasta conforme a lei que autoriza os gastos e 2,55% não souberam opinar.

A partir da exposição do balanço orçamentário do exercício de 2017, do estado do Ceará, pode-se afirmar que a maioria dos estudantes não entende ou entendem parcialmente o balanço orçamentário do estado.

Gráfico 6 - Entendimento sobre o balanço orçamentário dos discentes que responderam ao questionário.



Esses dados refletem o que já podia ser inferido a partir das respostas da questão 7, onde se procurava saber se os estudantes entendiam as demonstrações contábeis estaduais. Como apenas 1% afirmou que tinha um “bom” conhecimento sobre o tema, e somente 15% que sabia, “o suficiente para ler” é compreensível o pouco entendimento do tema. Isso reforça, conforme já exposto neste trabalho, uma possível inclusão do orçamento público como matéria escolar, a fim de melhorar a compreensão das pessoas, e consequente atuação cidadã das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar a compreensão dos discentes dos cursos de Administração e Administração Pública da Universidade Federal do Cariri, acerca do tema orçamento público. Os resultados permitem afirmar que a maioria dos estudantes considera a linguagem utilizada pelo balanço orçamentário difícil. Também é possível afirmar que a maioria dos estudantes não compreende as informações do balanço orçamentário.

Ao traçar o perfil dos estudantes do curso de Administração e do curso de Administração Pública da UFCA, baseado no entendimento que possuem acerca do tema, verificou-se que, em regra, independentemente do gênero estes são predominantemente jovens na faixa etária entre 15 e 20 anos sem formação acadêmica anterior, com pouco conhecimento em contabilidade governamental e que afirmam não utilizarem com frequência os demonstrativos contábeis, contudo os que têm maior compreensão sobre o assunto são em sua maioria os mesmos que utilizam os demonstrativos com mais frequência.

Tendo em vista que a pesquisa foi realizada envolta num grupo específico, onde está previsto na matriz curricular de ambos os cursos investigados disciplinas do campo de conhecimento da Contabilidade Geral e Pública, ciente que toda a população investigada teve ou terá acesso a informações teóricas e específicas desta área, indica que existe um baixo grau de compreensibilidade dos instrumentos de contabilidade governamental, expondo a necessidade de estímulos para o aprofundamento das pesquisas sobre esta temática.

Dessa forma, abrem-se espaços para uma maior discussão sobre o ensino dos instrumentos de orçamento público, de modo que se possam chegar a novas proposições de facilitação da compreensão destes instrumentos contábeis. Assim, observa-se que é possível que novas pesquisas sejam feitas para a consolidação da transparência pública possibilitando a efetividade do controle social.

REFERÊNCIAS

- CORREIA, M. V. da C. A Relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. *Serviço Social & Sociedade*, v. XXV, n. 77, p. 148–176, 2004.
- DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. *Revista gestão organizacional*, v. 6, n. 3, 2014.
- JUNIOR, N.S.M; PERMÍNIO, F.B; LEITÃO, K. I. **Extensão universitária na desmistificação do orçamento público: a experiência com a cidade estrutural -DF**. Distrito Federal, 2012.
- KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. Curitiba. IBPEX, 2008.
- REZENDE, Fernando. O orçamento público e o público. *Revista Controle: Doutrinas e artigos*, v. 11, n. 1, p. 11-17, 2013.
- MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, Alan José de Moura; FILHO, José Francisco Ribeiro; SILVA, Lino Martins da. Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo Balanço Orçamentário. *BBR - Brazilian Business Review*, vol. 5, núm. 3, septiembre-diciembre, 2008, pp. 209-228, FUCAPE Business School, Vitória, Brasil.
- NETO, José Francisco de Melo. **Extensão universitária: uma análise crítica**. João Pessoa, 2001.
- NETO, Orion Augusto Platt; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. *Contab. Vista & Rev.*, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007.
- RAUSCH, Rita Buzzi; Soares, Maurélio. Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, vol. 4, núm. 3, septiembre-diciembre, 2010, pp. 23-43. Academia Brasileira de Ciências Contábeis Brasília, Brasil.
- SIRAQUE, Vanderlei. **Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SCHOMMER, Paula Chies; DAHMER, Jeferson; SPANIOL, Enio Luiz. Controle Social no Brasil— Estadocêntrico ou Sociocêntrico? Evidências da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, Consocial. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 1, p. 35-47, 2014.